

Viajantes agora podem entrar ou sair do país com até US\$ 10 mil em dinheiro

Viajantes poderão entrar ou sair do Brasil com até US\$ 10 mil em espécie (R\$ 52,1 mil, na cotação atual), sem a necessidade de declaração.

A mudança consta da Lei de Câmbio e Capitais Internacionais (14.286/2021), que foi publicada há um ano e passa a vigorar agora.

Anteriormente, o limite era fixado em R\$ 10 mil. Quem desejasse viajar com quantia superior precisava preencher um documento chamado e-DBV (Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes (e-DVB), informando a Receita Federal. Sem a declaração, a entrada no Brasil com valores acima do teto estava sujeita a tributação.

O novo limite é estipulado em dólares, mas vale para qualquer moeda estrangeira, além do real.

O transporte em espécie de qualquer valor acima de US\$ 10 mil exige que o viajante preencha a e-DVB, sob risco de ter o dinheiro excedente retido pela Receita Federal, além de sanções penais.

O objetivo da lei, segundo o Banco Central, é modernizar, simplificar e consolidar as regras existentes sobre o mercado de câmbio e capitais internacionais.

Além do novo limite para viajar com moeda em espécie, a medida excluiu o controle para o porte de cheques e cheques de viagem, e alterou regras de transações realizadas por pessoas naturais.

Agora, é permitido negociar moeda estrangeira entre pessoas físicas –desde que de forma eventual e não profissional– com limite de até US\$ 500 (R\$ 2.608, na cotação atual).

Outra novidade é a permissão para abertura de conta internacional em território brasileiro, dentro das regras do Banco Central.

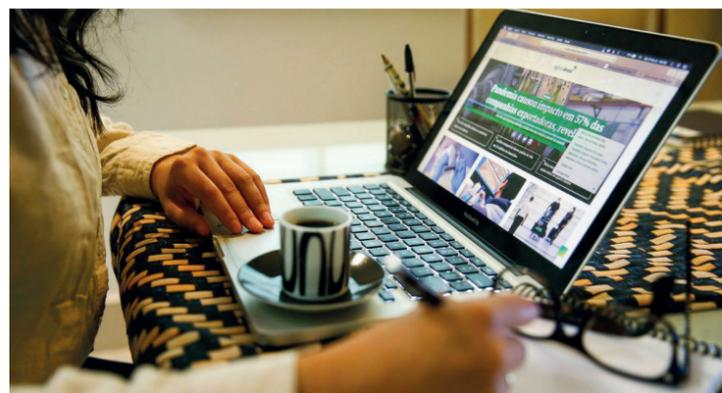
A legislação é considerada um novo marco cambial brasileiro, permitindo, por exemplo, que bancos e instituições financeiras nacionais financiem exportações brasileiras no exterior.

“Os ganhos de eficiência trazidos pela nova legislação também impactam de forma positiva a atração de capitais estrangeiros, tanto para investimentos no mercado financeiro e de capitais como para investimentos diretos, inclusive investimentos de longo prazo e em projetos de infraestrutura e de concessões”, publicou o BC, na época da aprovação da lei.

Folhapress



Economia



Reembolso de gastos com home office fica livre de contribuição ao INSS

Página - 03

Política

Lula escolhe líderes do governo na Câmara, Senado e Congresso

Página - 04

Bolsonaro faz live de despedida, critica ato terrorista e se diz perseguido no governo

Página - 04

Fundos multimercado dão maior retorno em 2022; veja ranking de investimentos

Página - 03



Carteira de crédito ao agronegócio do Banco do Brasil chega a R\$ 300 bilhões

Pág - 05

Startup lança cartão no Brasil que permite pagamentos com grãos tokenizados

Pág - 05



No Mundo

Netanyahu volta ao poder em Israel, agora mais à direita do que nunca



Voltaremos logo. Assim o israelense Binyamin Netanyahu discursou em junho de 2021, na sessão do Parlamento que viu uma nova coalizão ser formada, com uma frente ampla, tirando o então premiê do poder depois de 12 anos. Na ocasião, ele ainda disse que derrubaria “esse governo ruim” e voltaria a liderar o país “à sua maneira”.

Mas foi na maior guinada à direita da história de Israel que Netanyahu voltou, ao tomar posse nesta quinta-feira (29) junto a uma aliança que conta com partidos ultranacionalistas e membros de extrema direita. Novamente

premiê, ele promete expandir colônias judaicas na Cisjordânia ocupada, o que deve aumentar ainda mais a tensão com os palestinos.

Vencedor das eleições legislativas de 1º de novembro, Bibi, como é conhecido, apresentou o gabinete de ministros aos parlamentares pela manhã e depois venceu um voto de confiança no Knesset -o resultado já era esperado, já que sua coalizão tem maioria na Casa.

A vantagem é de 63 das 120 cadeiras, relativamente confortável para os padrões israelenses. Os últimos governos contavam com margens bem estreitas, de modo

que uma só defecção resultava na perda do controle do Parlamento -um dos motivos pelos quais o país teve cinco eleições nos últimos três anos.

Netanyahu anunciou o ex-ministro da Inteligência Eli Cohen como chanceler. Na quarta (28), havia divulgado que Yoav Gallant, ex-oficial próximo ao movimento pró-assentamentos na Cisjordânia, ficaria com a Defesa.

As Finanças, por sua vez, estarão com o líder de extrema direita Bezalel Smotrich -a pasta agora será responsável pela política de colonização na Cisjordânia. Folhapress

Por que o Japão resolveu ampliar o investimento militar

O governo do Japão aprovou, na última sexta (16), uma revisão radical em sua política de defesa e se tornou o terceiro país no ranking de gastos militares, atrás apenas da China e Estados Unidos, ao duplicar o investimento em seu exército. O valor deve chegar a US\$ 320 bilhões nos próximos cinco anos.

O objetivo do país é adaptar-se a três situações:

- Lançamentos de mísseis por parte da Coreia do Norte, cada vez mais constantes
- Invasão da Ucrânia pela

Rússia, que o Japão mantém territórios em disputa

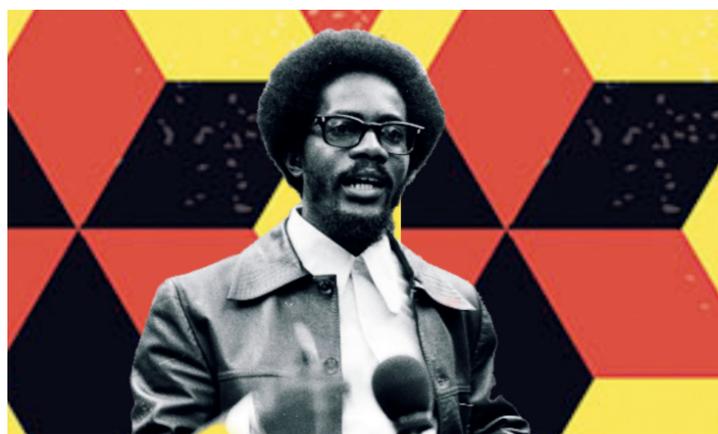
- Ascensão militar da China, já definida como “um desafio estratégico sem precedentes”

No domingo (18), a Coreia do Norte lançou um par de mísseis balísticos com potencial para atingir o Japão, na tentativa de construir um armamento intercontinental ainda mais poderoso e que seja capaz de atingir os Estados Unidos. Eles viajaram 500 quilômetros antes de pousar nas águas entre a península coreana e o Japão.

Folhapress



Livro de Walter Rodney sobre África ganha versão em português, mas transpira anacronismos



É cômodo mergulhar de cabeça no túnel do tempo e encontrar um mundo em que a Guerra Fria, para os simpatizantes da esquerda, dividia as ideias entre as positivas (luta de classes, libertação) e as negativas (racismo, imperialismo). E imaginar que uma fronteira utopicamente perfumada dividia a abundância material dos países socialistas e a estagnação no mundo escravizado pelo colonialismo e pelo mercado.

É mais ou menos esse o roteiro apresentado por “Como a Europa Subdesenvolveu a África”, do ativista Walter Rodney (1942-1980), assassinado em Georgetown, na ex-Guiana Britânica, onde

nasceu e militou. Seu mais importante livro, publicado originalmente em 1972, saiu agora em primeira tradução pela Boitempo.

Uma ressalva inicial. As desigualdades e os mecanismos de exploração dos recursos dos países mais pobres não chegaram ao fim desde que Rodney se tornou uma espécie de mártir da negritude de esquerda. Mas as mudanças que deram uma cara nova às relações internacionais não foram aquelas que o militante guianês esperava.

Vejam a África, seu campo central de interesse -ele também lecionou na Tanzânia. Depois da queda do Muro de Berlim (1989), esfriou consideravelmente

a disputa por espaços de influência no continente, que funcionava como constante ignição entre Estados Unidos e União Soviética.

Com o desaparecimento desta última, os países africanos ficaram abrigados dessa forma de embate geopolítico. Até que aparecesse a parceria comercial e de financiamento de projetos da nova potência emergente mundial, a China.

Rodney não viveu para presenciar esse novo cenário, e seu livro envelheceu por estar centrado nas relações de dependência das ex-colônias africanas com suas ex-metrópoles coloniais, como Grã-Bretanha, Bélgica ou França.

João Batista Natali/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

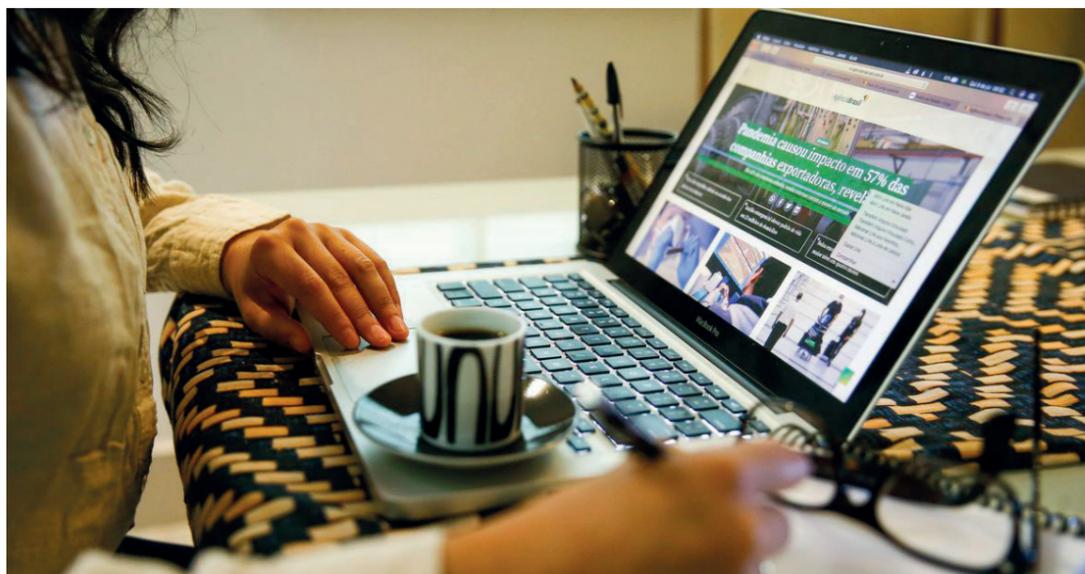
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Reembolso de gastos com home office fica livre de contribuição ao INSS



A Receita Federal reconheceu o reembolso de gastos com home office como verba indenizatória, assim o trabalhador não precisa declarar o valor recebido no Imposto de Renda e contribuir sobre esta verba ao INSS. Não há um valor ou porcentagem fixos de ressarcimento, mas deverá obrigatoriamente ser comprovado.

“Os valores pagos para ressarcimento de despesas arcaadas pelos empregados com internet e consumo de energia elétrica, em decorrência da prestação de serviços no regime de teletrabalho, não devem ser incluídos na base de cálculo das contribuições previdenciárias. Contudo, o beneficiário deve comprová-los, mediante documentação hábil e idônea”, afirma norma da Receita publicada no dia 19 deste mês.

A orientação é resposta à consulta de uma fabricante de refrigerantes e refrescos que adotou o regime integral de home office para alguns dos seus setores e questionava como deveria declarar ao Fisco os valores de ajuda de custo mensal.

Segundo o auditor-fiscal Amilson Melo Santos, que respondeu ao questionamento, a legislação diz que a ajuda de custo busca ressarcir despesas decorrentes do teletrabalho e deixa de ser paga caso o funcionário volte a trabalhar presencialmente.

Quando a prestação de serviços por home office for necessária para a atividade da empresa e a manutenção da fonte produtora, a ajuda de custo pode ser considerada dedutível para a empresa na determinação do lucro real, desde que comprovada.

“É preciso comprovar

porque houve o ressarcimento, não do ponto de vista trabalhista, mas fiscal. O Fisco tem outra legislação e, por regra que, todo pagamento feito ao empregado é verba remuneratória e portanto incide IR e INSS”, afirma a advogada Priscila Arraes Reino.

Se o pagamento não for documentado e apresentado à Receita Federal, o empregador poderá ser multado.

“Provavelmente, a Receita vai verificar que apesar de o pagamento ter sido de R\$ 5.000, por exemplo, a empresa só fez recolhimento de INSS e Imposto de Renda Retido na Fonte sobre R\$ 4.000 porque o restante seria internet e energia. Só que a Receita só aceitará isso se a empresa tiver a documentação comprovando essa ajuda”, diz Priscila.

Ana Paula Branco/Folhapress

Economia criativa criou 600 mil empregos no terceiro trimestre de 2022

O número de postos de trabalho ligados à economia criativa no Brasil chegou a 7,9 milhões no terceiro trimestre de 2022, um aumento de 9% em relação ao mesmo período de 2021. Isso representa a abertura de 600 mil vagas no setor, segundo dados do Observatório Itaú Cultural.

Houve, porém, uma queda de 1% na oferta de vagas em comparação com o segundo trimestre de 2022. Cerca de 59,1 mil postos de trabalho foram encerrados neste período.

“Os resultados do próximo trimestre nos permitirão entender melhor se esta

queda é uma tendência ou se foi um ponto fora da curva e compreender as razões disso”, avalia Eduardo Saron, presidente da Fundação Itaú.

Os trabalhadores de apoio da indústria criativa -um contador ou um advogado que presta serviços para empresas do setor, por exemplo- foram os que mais se beneficiaram do aumento da oferta de vagas entre o terceiro trimestre de 2022 e o mesmo período do ano anterior.

Segundo dados do Observatório Itaú Cultural, o grupo registrou um aumento de 16,4% no número de postos ofertados (413.652 mil novas vagas).

Mônica Bergamo/Folhapress



Fundos multimercado dão maior retorno em 2022; veja ranking de investimentos



Em um ano de inflação e alta de juros históricas nas principais economias globais, o investidor brasileiro que optou pela proteção conseguiu escapar do prejuízo, mostra levantamento da plataforma TradeMap com algumas das aplicações financeiras mais populares do mercado doméstico.

Com um rendimento anual médio acumulado em 13,34%, os fundos multimercado entregaram o melhor retorno de 2022, segundo o IHFA, que é o índice de hedge funds da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Quem aplica em um hed-

ge fund, ou fundo de cobertura, permite que um gestor invista nos mais variados segmentos do mercado. Embora a estratégia entre cada fundo possa variar bastante, a diversificação tem como objetivo proporcionar proteção até mesmo para cenários improváveis. Algo que fez sentido em um ano em que até mesmo a ameaça de uma catástrofe nuclear ganhou destaque nos noticiários com o início da Guerra da Ucrânia.

A pesquisa realizada a pedido da Folha de S.Paulo considerou índices de referência e ativos populares, o que significa que alguns investimentos específicos podem ter obtido desempenhos superiores ou abaixo dos pre-

sentes no ranking.

“O ano de 2022 marcou o renascimento da classe de fundos multimercados, apoiados por estratégias que se beneficiam das altas de juros e de commodities, não só no mercado brasileiro, mas a nível global, após anos de domínio dos fundos de ações impulsionados pela política de juros baixos dos bancos centrais e o duradouro rali das ações de tecnologia”, comentou Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos.

Segundo indicador da lista, o Idiv-B3 (Índice de Dividendos da Bolsa de Valores brasileira) avançou 12,65%.

Clayton Castelani/Folhapress

Política

Lula escolhe líderes do governo na Câmara, Senado e Congresso



O presidente eleito e diplomata Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nesta quinta-feira (29), além de ministros, quem serão os líderes do seu governo na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional.

Para a Câmara, foi escolhido o deputado José Guimarães (PT-CE); para o Senado, Jaques Wagner (PT-BA); e para o Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Guimarães foi o escalado por Lula para articular a PEC da Gastança na Câmara, onde a negociação chegou a travar durante o julgamento das emendas de relator pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Ele substituiu Reginaldo Lopes (PT-MG), que deixa

a liderança, mas seguirá na Casa após não ter sido contemplado por um ministério.

José Guimarães afirmou que não descarta o apoio da União Brasil ao novo governo no Congresso. “É diálogo e construção. Quando nós começamos a PEC [da Gastança], ninguém imaginava que a União Brasil ia votar quase 100% na PEC.”

Na votação do primeiro turno do plenário da Câmara, 12 dos mais de 50 deputados da legenda foram contrários. A indicação da liderança do partido foi pela aprovação da proposta.

Ele também disse que o novo governo terá como característica o diálogo e a paciência para “construir a nova governabilidade”. “Esse olhar cuidadoso é atribuído a todos aqueles que vão estar

na Esplanada, ainda mais eu, como líder do governo na Câmara.”

O parlamentar afirmou ainda que partidos que apoiaram a candidatura do presidente Lula durante a campanha e na transição e não foram contemplados com ministérios, como Solidariedade, PV, Avante e Agir, “precisam ter espaço no governo”.

“Nós estamos vendo, vamos começar a discutir hoje no final da tarde para buscar um caminho para que todos se sintam felizes”, afirmou.

Antes, Jaques Wagner foi o escolhido pelo partido para avançar a PEC no Senado quando ela empacou, antes mesmo de o texto sequer ir para votação na Comissão de Constituição e Justiça.

Daniela B.; Catia S.; Julia C.; João G./Folhapress

Ministra do Turismo de Lula fez campanha com policiais e declarou R\$ 180 mil em dinheiro vivo

A futura ministra do Turismo, Daniela do Waguinho (União Brasil), foi a deputada federal mais votada do Rio de Janeiro nesta eleição numa campanha em que contou com o apoio irregular de oficiais da Polícia Militar e com um ambiente hostil e armado contra adversários políticos de sua base eleitoral.

A escolha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva foi feita após o empenho da deputada e de seu marido, o prefeito de Belford Roxo, Waguinho (União Brasil), em sua campanha no segundo turno.

O casal foi uma das poucas lideranças da Baixada Fluminense a apoiar aberta-

mente o petista, num estado governado pelo até então bolsonarista Cláudio Castro (PL).

A deputada desbancou outros dois deputados com base eleitoral no Rio que estiveram cotados para assumir a pasta: Pedro Paulo (PSD-RJ) e Marcelo Freixo (PSB-RJ).

Pedro Paulo contava com o apoio do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), cidade em que o turismo é uma das principais atividades econômicas. Belford Roxo, base eleitoral de Daniela, nem sequer tem uma secretaria para tratar do tema —há um subsecretário ligado à Secretaria de Cultura.

Italo Nogueira/Folhapress



Bolsonaro faz live de despedida, critica ato terrorista e se diz perseguido no governo



Em uma live de despedida do cargo, o presidente Jair Bolsonaro (PL) condenou nesta sexta-feira (30) a ação de seu apoiador que é suspeito de ato terrorista ao ter instalado uma bomba em um caminhão de combustíveis estacionado próximo ao Aeroporto de Brasília na véspera do Natal.

“Nada justifica aqui em Brasília essa tentativa de ato terrorista no aeroporto de Brasília. Nada justifica. Um elemento que foi pego, graças a Deus, com ideias que não coadunam com nenhum cidadão. Agora massifica em cima do cara como bolsonarista do tempo todo. É a maneira da imprensa tratar”, disse em live nesta sexta no Palácio da Alvorada.

No mesmo pronunciamento, Bolsonaro repetiu o discurso de que teria sido perseguido por imprensa e Judiciário ao longo de seus quatro anos de mandato.

O mandatário fez poucos pronunciamentos desde que perdeu as eleições. O primeiro deles foi dois dias após as eleições, quando deu declaração à imprensa em que criticou bloqueios nas estradas por seus aliados, mas falou que as manifestações eram fruto de sentimento de indignação e injustiça com a eleição na qual foi derrotado pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No dia seguinte, divulgou um vídeo em que pediu para sua militância liberar as rodovias.

O presidente verborrrágico que não hesitava em comprar brigas e comentar os principais acontecimentos do noticiário deu lugar a um Bolsonaro recluso e de poucas palavras após a derrota.

O governo havia publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira (30) uma autorização para que assessores acompanhem o presidente Jair Bolsonaro (PL) em uma viagem para Miami entre 1 e 30 de janeiro.

Ficaram autorizados a viajar com o mandatário quatro dos oito nomes que foram nomeados para serem assessores de Bolsonaro após ele deixar o governo.

Matheus Teixeira/Folhapress

Governo de Goiás entrega 214 títulos de regularização a produtores rurais



O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), retomou o processo de regularização de terras devolutas no Estado e emitiu 214 títulos de domínio nos últimos quatro anos. A ação, batizada de Regulariza Campo, seguiu a previsão da Lei Estadual 18.826/2015, regulamentada pelo Decreto 8.576/2016. De 2019 a 2022, a área total regularizada no estado atingiu 55,7 mil hectares, sendo a maior parte localizada no Nordeste Goiano.

O município com maior número de títulos emitidos foi São João D'Aliança (64). Na sequência vieram Teresina de Goiás (40), Alto Paraíso (31),

Nova Roma (26), Cavalcante (20), Niquelândia (15), Colinas do Sul (11), Formoso (2), Porangatu (2), Água Fria de Goiás (1), Bonópolis (1) e Goiás (1). Em alguns casos, os proprietários esperavam há décadas pela regularização das propriedades.

“Os processos de regularização fundiária ficaram praticamente parados em Goiás por cerca de 16 anos. Ao assumir o Governo de Goiás, o governador Ronaldo Caiado determinou que este trabalho fosse retomado e foi o que nós fizemos, sempre observando os requisitos legais”, conta o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tiago Mendonça. Ele ressalta que a posse do título dá ao produtor a condição de

desenvolver seu empreendimento rural, cumprindo a função social e econômica da terra.

“Uma vez formalizado, ele pode conseguir crédito bancário e participar de programas oficiais”, acrescenta o superintendente de Engenharia Agrícola e Desenvolvimento Social da Seapa, José Ricardo Caixeta Ramos. “A maioria dos beneficiários é formada por pequenos produtores. O título dá dignidade a eles e também tranquilidade para trabalhar. Com o documento em mãos, eles têm segurança para investir naquela terra e desenvolver atividades produtivas sem medo”, ressalta.

Notícias Agrícolas

Carteira de crédito ao agronegócio do Banco do Brasil chega a R\$ 300 bilhões

A concessão de crédito do banco ao setor agrícola inclui os recursos do Plano Safra, que possuem subsídios, bem como outras linhas de concessão.

No Plano Safra 2022/2023, até setembro, o BB havia registrado R\$ 63,5 bilhões em desembolsos. Na divulgação do balanço do banco referente ao terceiro trimestre, no início de novembro, a instituição afirmou que as concessões haviam crescido mais.

“Posso dizer para vocês que já desembolsamos cerca de R\$ 84 bilhões, se pegarmos o número da última semana”, disse o presidente

do banco, Fausto Ribeiro, na ocasião.

O segmento agro foi afetado, no último ano, pela inflação de insumos que leva a uma maior necessidade de recursos para o custeio das safras. O BB tem afirmado, porém, que para além deste fator, o setor tem crescido em demanda por crédito.

Para o banco, o agro tem representado ainda um fiel da balança em um momento de aumento da inadimplência em outros segmentos. Os atrasos no agro, pelo critério acima de 90 dias, eram de 0,47% da carteira em setembro, ante um índice de 2,34% se considerados todos os segmentos.

Exame



Startup lança cartão no Brasil que permite pagamentos com grãos tokenizados



Embora seja inferior à taxa Selic, o crédito rural possui taxas que chegam a 12,5% ao ano no Brasil, mesmo com produtores rurais de pequeno porte que conseguem financiamentos de 6% ao ano. Por outro lado, além dos juros, os produtores ainda esbarram na burocracia, um caminho que pode ser longo entre o pedido de financiamento e o dinheiro na conta.

Neste cenário, a startup argentina Agrotoken lançou no Brasil um cartão pré-financiado por tokens representativos dos próprios grãos produzidos pelos agricultores.

O diretor da Agrotoken, Anderson Nacaxe, explica que, inicialmente, os tokens das commodities, cunhados pelos próprios produtores na plataforma da startup, serão utilizados como pré-financiamento aos agricultores e que,

futuramente, deverão chegar ao mercado secundário, nas plataformas das corretoras de criptoativos.

“Ele [o produtor] consegue criar uma representação digital dessa soja no ambiente da Agrotoken. Uma vez que ele tem a representação, ele tem o token em mãos, ele vai poder transacionar esses tokens, então ele pode querer comprar um trator com o token e, ao comprar esse trator, ele está transferindo tokens pro vendedor de trator e recebendo o trator como pagamento”, comenta.

“Agora, aquela quantidade de soja, de milho ou de trigo foi transferida do produtor para o novo beneficiário, que vai ser esse detentor do token”, destaca o diretor da startup acrescentando que, nessa primeira fase, os tokens terão um ecossistema fechado.

O executivo explicou que

o cartão de tokens já está em testes, dentro de um circuito fechado, e que já ocorreram transações tanto no Brasil quanto na Argentina, onde o projeto também se encontra em andamento.

“O produtor está conseguindo fazer transações comuns comprando com milho ou soja digital. Imagina que um produtor rural, quando ele faz a tokenização, ele criou em sua carteira digital aquele volume de soja ou milho. Uma vez que ele está com esse volume em sua carteira digital, ele pode fazer as transações diretas, de maior volume, como trator, sementes e fertilizantes. Ele poder fazer essa conexão com o sistema financeiro centralizado, para pegar empréstimos, descentralizados, que seriam as exchanges, mas ele também consegue abastecer esse cartão de crédito”, completou.

Exame

Bitcoin

Criptomoedas para ganhar de graça em 2023; confira os possíveis 'AirDrops'



Os AirDrops acontecem quando um projeto lança seus tokens no mercado, e distribui gratuitamente uma parte para usuários selecionados. Na maioria das vezes, a seleção dos candidatos é comunicada pelo projeto junto com a data da distribuição.

Em grande parte dos AirDrops, basta que o usuário interaja com aquele protocolo para ser selecionado a ganhar esses tokens. Basta que faça uma conversão, ou até que simplesmente crie uma carteira virtual e mande uma fração pequena de tokens.

O objetivo dos AirDrops é recompensar os usuários que interagiram antes, e testaram a rede, ajudando dessa forma a fomentar aquele pro-

jeto e garantir uma comunidade mais segura.

Conforme Vinícius Bazan, analista chefe da Empiricus, existem no momento quatro AirDrop que ele está de olho para 2023, sendo alguns deles já anunciados e outros não oficiais. Confira:

Optimism: Já foi feito um grande "airdrop" quando houve o lançamento, mas conforme conta Bazan nos últimos meses tem acontecido o Optimism Quests, que vai até 17 de janeiro de 2023. São 18 quests, cada uma oferecendo um NFT exclusivo uma vez que é completada.

"Não há confirmação oficial de airdrop, mas o modelo se assemelha bastante ao Odyssey, da Arbitrum, e é possível que os NFTs se-

jam uma espécie de habilitador para um futuro airdrop. Na dúvida, você pelo menos aprende bastante, de forma prática, sobre o ecossistema da Optimism", diz.

Arbitrum: Bazan diz ser esperado o lançamento futuro do token nativo da segunda camada da rede Ethereum.

"Atualmente, há diversos aplicativos descentralizados (dApps) utilizando a rede e especula-se que, ao interagir com eles, os usuários podem ser futuramente habilitados a um airdrop", diz.

Um dos principais dApps na Arbitrum hoje é a GMX, protocolo de derivativos on-chain, conforme o analista.

Leonardo Rubinstein/MoneyTimes

Ação de mineradora de criptomoedas Argo sobe após acordos para evitar falência

A mineradora de criptomoedas Argo Blockchain disse nesta quarta-feira que venderá sua instalação de mineração Helios por 65 milhões de dólares e refinanciará um novo empréstimo garantido por ativos, enquanto busca evitar a falência, fazendo com que suas ações listadas em Londres disparassem.

A Argo, que no início deste mês alertou que poderia ter que entrar com um pedido de proteção contra falência devido à insuficiência de caixa, disse que os acordos permitirão que a empresa continue suas operações.

As ações da Argo listadas em Londres, que caíram 92% até agora este ano, subi-

ram 120% após o acordo de venda e refinanciamento com a canadense Galaxy Digital Holdings. No fechamento, subiam quase 77%.

As transações incluem o refinanciamento de empréstimos com um novo crédito de 35 milhões de dólares com a Galaxy, que ajudará a reduzir seu endividamento total em 41 milhões de dólares, informou a empresa.

A mineradora de cripto, fundada em 2017 pelo diretor executivo Peter Wall, vinha lutando com um aumento nos custos e margens pressionadas em meio a preços mais baixos de bitcoin e custos de energia mais altos na Helios.

Reuters



Binance mantém fundos de cliente brasileiro travados, mesmo após corretora perder na Justiça



Após retirar seus fundos do Earn, o programa de recompensas da Binance, o brasileiro Fabio Freire, CEO da Lemon Empreendimentos, não consegue mais movimentar seu dinheiro para fora da corretora. O valor, ao qual o Crypto Times teve acesso, é bastante relevante.

O executivo já recorreu à Justiça, e a decisão do juiz foi favorável a ele. Com isso, a Binance foi intimada judicialmente a pagar Freire no dia 16 de novembro de 2022, mas ainda não cumpriu com a decisão dos autos.

A decisão também impõe uma multa diária de R\$ 10 mil contra a corretora para cada dia que o cliente não tem acesso aos seus fundos.

Freire começou a atuar no mercado cripto em 2015, quando, junto com seu filho

Victor Freire, lançou uma plataforma de investimentos em criptoativos, chamada somosflow. O serviço, embora não seja Onchain, é autocustodiado.

Ao Crypto Times, o empresário explicou que os fundos travados na Binance remetem à sua carteira pessoal, e não possuem relação com o empreendimento que abriu em 2015.

"Questão de saúde"

Freire conta que, em 22 de outubro de 2022, após 120 dias de conflito com a Binance, descobriu um câncer no reto e afirma que iria utilizar os recursos depositados na corretora para custear o tratamento.

Conforme conta, em janeiro de 2023, terá que passar por um procedimento cirúrgico. "Eu não tenho condições financeiras de fazer o trata-

mento que pode me manter vivo, porque a Binance não está me entregando o acesso ao meu recurso", diz.

O Crypto Times teve acesso aos exames médicos realizados (e fornecidos) por Freire, que o diagnosticaram com a mesma enfermidade que matou Chadwick Boseman – o protagonista do filme Pantera Negra – em 2020.

"Não é mais uma questão apenas financeira. Já está esbarrando na minha saúde. A Binance pode literalmente me matar", diz o CEO da Lemon.

Ele conta que, na última terça-feira (20), seu médico havia solicitado uma antecipação de sua cirurgia, uma vez que, nas palavras dele, poderia ser tarde demais depois.

Leonardo Rubinstein/MoneyTimes



Edição impressa produzida pelo Jonal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes. As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis em: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Sarfaty Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 71.930.663/0001-53

Balanco Patrimonial Consolidado (Em Milhares de Reais)			
Ativo Circulante	2021	2020	Passivo Circulante
Disponível	78	89	Fornecedores
Aplicações Financeiras	5.191	1.213	Impostos à Pagar
Estoques Imóvel	-	3.982	Coligadas
Impostos à Compensar	22	20	
Adiantamentos e Outros Créditos	2	6	
Coligadas	-	60	
	5.293	5.371	
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante
Investimentos	34.344	17.624	Empréstimos com Socios
Imobilizado	3.170	1.848	
	37.513	19.471	
Total do Ativo	42.806	24.842	

Fluxo de Caixa Indireto Consolidado (Em Milhares de Reais)			
Atividades Operacionais	2021		
Resultado Líquido do Mês	24.876		
Resultado Período	24.876		
(+) Depreciação e Amortização	(164)		
Estoques Total	3.982		
Impostos Total	41		
Adiantamentos e Outros Créditos	4		
Fornecedores	56		
Caixa Líquido Consumido/Gerado	28.959		
Atividades de Investimentos			
Investimentos	(16.720)		
Imobilizado	(1.322)		
Caixa Líquido Consumido/Gerado	(18.042)		
Atividades de Financiamentos			
Empréstimos partes Relacionadas	60		
AFAC	(1.072)		
Empréstimos e Financiamentos LP	(5.938)		
Caixa Líquido Consumido/Gerado	(6.950)		
Caixa no Início do Período	1.302		
Varição de Caixa no Período	3.967		
Caixa no Final do Período	5.269		

Demonstração do Resultado (Em Milhares de Reais)			
	2021	2020	
Receita Operacional Bruta	8.000	312	Despesas Totais
Impostos s/ Vendas	(292)	(11)	21.423
Descontos e devoluções de vendas	-	-	Margem EBITDA
Receita Operacional Líquida	7.708	301	25.148
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(3.982)	-	Depreciação e Amortização
Margem Bruta	3.726	301	(164)
Despesas Administrativas	(744)	(980)	Receitas Financeiras
Outras Receitas/Despesas e Equivalência	22.167	5.532	183
			Juros Financeiros
			(3)
			Resultado Financeiro
			181
			Lucro Líquido antes do IR e CS
			25.165
			IR e CS
			(289)
			Lucro Líquido do Período
			24.876

Magnamed Tecnologia Médica S.A.

CNPJ/ME nº 01.298.443/0001-73 - NIRE 35.300.370.601

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17 de janeiro de 2023
Ficam convocados os acionistas da Magnamed Tecnologia Médica S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada de modo exclusivamente digital no dia 17/01/2022, às 15:00 horas, por meio da Plataforma digital indicada abaixo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, inclusive do conselheiro independente; (ii) Deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores da Companhia; e (iii) Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as providências que se façam necessárias para a implementação das deliberações acima. **Forma de Realização e Participação:** Para participação na AGO os acionistas ou, conforme o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia o documento de identidade com foto, os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal ou o instrumento de mandato outorgado há menos de 1 ano, mediante envio de e-mail ao endereço jurídico@magnamed.com.br. A Companhia informa que, nos termos da Instrução Normativa nº 79 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, a AGO será realizada de maneira digital, de modo que os acionistas apenas poderão participar e votar mediante atuação remota, via sistema eletrônico. A AGO será realizada por meio da plataforma digital Zoom. Para participarem por meio da plataforma digital os acionistas ou, conforme o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação de acesso à Companhia para o endereço eletrônico indicado acima com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário designado para a realização da AGO. Os acionistas presentes na AGO, por meio da plataforma digital, deverão exercer os seus respectivos direitos de voto e serão considerados presentes e assinantes, sem prejuízo de Lista de Presença e deliberações da AGO, que será encaminhada para posterior assinatura. O acesso à plataforma digital é pessoal e intransferível, não devendo ser compartilhado com terceiros. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio da plataforma digital. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos acionistas no que diz respeito a presente convocação da AGO. São Paulo, 30/12/2022. **Wataru Ueda** - Presidente do Conselho de Administração. (30 e 31/12/2022 e 03/01/2023)

Grand Point Comércio de Veículos Ltda.

CNPJ/MF nº 01.291.387/0001-45

Balanco Patrimonial Consolidado (Em Milhares de Reais)			
Ativo Circulante	2020	2019	Passivo Circulante
Disponível	6.756	551	Fornecedores
Aplicações Financeiras	1.798	2.114	Adiantamentos de Clientes
Cartões de Crédito a receber	1.981	-	Floor Plan à Pagar
Contas a receber	2.700	6.097	Empréstimos e Financiamentos
Estoques Veículos Novos	42.865	51.799	Obrigações trab. e tributárias
Estoques Veículos Usados	14.720	10.975	Impostos à Pagar
Estoques Peças	4.590	5.697	Outras Contas à pagar
Impostos à Compensar	93	275	Coligadas
Adiantamentos e Outros Créditos	560	737	
Coligadas	5.400	-	
	81.462	78.246	
Ativo não-circulante			Passivo não-circulante
Depósitos Judiciais	-	14	Outras Obrig. de Longo Prazo
Imobilizado	8.019	9.405	Empréstimos e Financiamentos
Intangível	6.111	8.417	
	14.130	17.822	
Total do Ativo	95.592	96.082	Total passivo não-circulante
			13.252
			Patrimônio líquido
			Capital social
			15.000
			Reservas
			538
			Lucros/Prejuízos acumulados
			(6.161)
			Lucros/Prejuízos do exercício
			21.797
			95.592

Fluxo de Caixa Indireto Consolidado (Em Milhares de Reais)			
Atividades Operacionais	2020		
Resultado do Período antes do IR	18.556		
(+) Depreciação e Amortização	4.316		
(-) Depreciação e Amortização	(6.136)		
Resultado Líquido do Mês Ajustado	16.737		
Contas a receber	1.416		
Estoques Total	6.296		
Impostos Total	636		
Floor Plan à Pagar	(6.474)		
Adiantamentos e Outros Créditos	177		
Coligadas Total	(12.437)		
Depósitos Judiciais	14		
Fornecedores	1.499		
Adiantamento de Clientes	1.212		
Obrigações trabalhistas e tributárias	(119)		
Outras Contas à pagar	818		
Outras Obrigações de Longo Prazo	(292)		
Caixa Líquido Consumido/Gerado	9.484		
Atividades de Investimentos			
Adições Imobilizado	(624)		
Caixa Líquido Consumido/Gerado	(624)		
Atividades de Financiamentos			
Empréstimos e Financiamentos CP	3.316		
Empréstimos e Financiamentos LP	2.413		
AFAC	(1.400)		
Distribuição de lucros	(7.300)		
Caixa Líquido Consumido/Gerado	(2.970)		
Caixa no Início do Período	2.665		
Varição de Caixa no Período	5.889		
Caixa no Final do Período	8.554		

Demonstração do Resultado (Em Milhares de Reais)			
	2020	2019	
Receita Operacional Bruta	430.803	431.232	Outras Receitas/Despesas Operacionais
Impostos s/ Vendas	(5.316)	(5.356)	13.942
Descontos e devoluções de vendas	(8.730)	(9.662)	Despesas Totais
Receita Operacional Líquida	416.757	416.213	(25.241)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(368.352)	(377.300)	Margem Ebitda
Margem Bruta	48.405	38.913	23.163
Despesas Variáveis com Vendas	(6.385)	(7.520)	Despesas/Receitas não recorrentes
Despesas Floor Plan	(512)	(1.119)	714
Despesas Comerciais	(3.589)	(4.330)	Depreciação e Amortização
Despesas Administrativas	(28.699)	(31.655)	(4.316)
			Receitas Financeiras
			31
			Juros Financeiros
			(1.035)
			Resultado Financeiro
			(1.005)
			Lucro Líq. Antes do IR e CS
			18.556
			IR e CS
			(6.136)
			Lucro Líquido do Período
			12.421

Magnamed Tecnologia Médica S.A.

CNPJ/ME nº 01.298.443/0001-73 - NIRE 35.300.370.601

Edital de Convocação - Reunião do Conselho de Administração a ser realizada em 17 de janeiro de 2023
Ficam convocados os conselheiros da Magnamed Tecnologia Médica S.A. ("Companhia") a realizarem Reunião do Conselho de Administração ("RCA") a ser realizada de modo exclusivamente digital no dia 17 de janeiro de 2022, às 14:00 (quatorze) horas, por meio da Plataforma digital indicada abaixo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (ii) Deliberar sobre o orçamento da Companhia relativo ao exercício social de 2023 nos termos do artigo 24, parágrafo 6º, inciso (ii) do Estatuto Social da Companhia. **Forma de Realização e Participação:** Para participação na RCA os conselheiros ou, conforme o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão apresentar à Companhia o documento de identidade com foto, os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal ou o instrumento de mandato outorgado há menos de 1 (um) ano, mediante envio de e-mail ao endereço jurídico@magnamed.com.br. A Companhia informa que, nos termos da Instrução Normativa nº 79 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, a RCA será realizada de maneira digital, de modo que os conselheiros apenas poderão participar e votar mediante atuação remota, via sistema eletrônico. A RCA será realizada por meio da plataforma digital Zoom. Para participarem por meio da plataforma digital os conselheiros ou, conforme o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação de acesso à Companhia para o endereço eletrônico indicado acima com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário designado para a realização da RCA. Os conselheiros presentes na RCA, por meio da plataforma digital, deverão exercer os seus respectivos direitos de voto e serão considerados presentes e assinantes, sem prejuízo de Lista de Presença e Deliberações da RCA, que será encaminhada para posterior assinatura. O acesso à plataforma digital é pessoal e intransferível, não devendo ser compartilhado com terceiros. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o conselheiro venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do conselheiro na RCA por meio da plataforma digital. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos conselheiros no que diz respeito a presente convocação da RCA. São Paulo, 30 de dezembro de 2022. **Wataru Ueda** - Presidente do Conselho de Administração. (30 e 31/12/2022 e 03/01/2023)

Grand Point Comércio de Veículos Ltda.

CNPJ/MF nº 01.291.387/0001-45

Balanco Patrimonial Consolidado (Em Milhares de Reais)			
Ativo Circulante	2021	2020	Passivo Circulante
Disponível	8.811	6.756	Fornecedores
Aplicações Financeiras	3.813	1.798	Adiantamentos de Clientes
Cartões de Crédito a receber	1.062	1.981	Floor Plan à Pagar
Contas a receber	5.493	2.700	Empréstimos e Financiamentos
Estoques Veículos Novos	40.281	42.865	Obrigações trabalhistas e tributárias
Estoques Veículos Usados	18.344	14.720	Impostos à Pagar
Estoques Peças	6.698	4.590	Outras Contas à pagar
Impostos à Compensar	65	93	Coligadas
Adiantamentos e Outros Créditos	4.613	560	
Coligadas	5.802	5.400	
	94.981	81.462	
Ativo não-circulante			Passivo não-circulante
Imobilizado	10.915	8.019	Outras Obrigações de Longo Prazo
Intangível	3.825	6.111	Empréstimos e Financiamentos
	14.740	14.130	
Total do Ativo	109.720	95.592	Total do passivo não-circulante
			13.775
			Patrimônio líquido
			Capital social
			15.000
			Reservas
			538
			Lucros/Prejuízos acumulados
			(8.329)
			Lucros/Prejuízos do exercício
			31.711
			109.720

Fluxo de Caixa Indireto Consolidado (Em Milhares de Reais)			
Atividades Operacionais	2021		
Reservas	(2.168)		
Resultado Acumulado	(2.507)		
Resultado Líquido do Mês	75.799		
Resultado Período	80.116		
(+) Depreciação e Amortização	(4.316)		
Contas a receber	919		
Estoques Total	(5.941)		
Impostos Total	(87)		
Floor Plan à Pagar	(7.323)		
Adiantamentos e Outros Créditos	28		
*Coligadas à Receber	(4.053)		
Coligadas Total	(4.053)		
Fornecedores	(22)		
Adiantamento de Clientes	3.910		
Obrigações trabalhistas e tributárias	823		
Outras Contas à pagar	215		
Outras Obrigações de Longo Prazo	760		
Caixa Líquido Consumido/Gerado	60.352		
Atividades de Investimentos			
Investimentos	524		
Imobilizado	(2.896)		
Intangível	2.286		
Caixa Líquido Consumido/Gerado	(86)		
Atividades de Financiamentos			
Empréstimos e Financiamentos CP	(1.032)		
Empréstimos e Financiamentos LP	(1.032)		
Caixa no Início do Período	8.554		
Varição de Caixa no Período	59.234		
Caixa no Final do Período	12.623		

Demonstração do Resultado (Em Milhares de Reais)			
	2021	2020	
Receita Operacional Bruta	631.405	430.803	Despesas Totais
Impostos s/ Vendas	(8.600)	(5.316)	(36.871)
Descontos e devoluções de vendas	(6.977)	(8.730)	Margem Ebitda
Receita Operacional Líquida	615.828	416.757	48.686
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(530.272)	(368.352)	Despesas/Receitas não recorrentes
Margem Bruta	85.557	48.405	714
Despesas Variáveis com Vendas	(9.405)	(6.385)	Depreciação e Amortização
Despesas Floor Plan	(378)	(512)	(4.525)
Despesas Comerciais	(6.471)	(3.589)	Receitas Financeiras
Despesas Administrativas	(35.941)	(28.699)	87
Outras Receitas/Despesas Operacionais	15.324	13.942	Juros Financeiros
			(1.297)
			Resultado Financeiro
			(1.210)
			Lucro Líquido antes do IR e CS
			42.950
			IR e CS
			(11.240)
			Lucro Líquido do Período
			31.711

Siltomac Participações S.A.

CNPJ nº 48.467.621/0001-06

Ata de Assembléia Geral de Constituição realizada em 20/09/2022
Em 20/09/22, às 10h, na sede social, os subscritores do capital social da sociedade representando a totalidade do capital. Sr. Silvio Casale, presidente da mesa; Omar Casale, secretário da mesa. Dispensada a convocação prévia. **Deliberações aprovadas:** (a) A consolidação do Estatuto Social. (b) A denominação social de **Siltomac Participações S.A.**, para vigorar por prazo indeterminado, nos termos do Estatuto Social, com o capital social de R\$ 10.000,00, dividido em 10.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo neste ato integralizadas 1.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1.000,00, em moeda corrente nacional, do acionista **Silvio Casale**, conforme recibo de depósito bancário, e as remanescentes 9.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 9.000,00, em número de 4.000 ações para o acionista **Silvio Casale**, e 5.000 ações para o acionista **Omar Casale**, a serem integralizadas até o dia 31/12/22. A Assembleia ratificou e aprovou a declaração de constituição da sociedade sob a denominação social de **Siltomac Participações S.A.**, que será regida pelo Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, e que iniciará oficialmente suas atividades a partir da presente data. (c) A eleição da Diretoria: Diretor Presidente: **Silvio Casale**; Diretor Vice-Presidente: **Omar Casale**. Os diretores assumem seus cargos de imediato, e declaram, sob as penas da lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes que vede a exploração de atividade empresarial. O Sr. Presidente comunicou que estava aberta à discussão a fixação dos honorários da Diretoria. Pedindo a palavra, os Diretores declaram sua opção por não receber honorários porque já os recebem por outros afazeres. Feita a votação, verificou-se que foram aceitos os argumentos dos Diretores, ficando deliberado o não pagamento de honorários à Diretoria. (d) Nada mais. Visto do Advogado: **Fernando Celso Rizzo Junior**, OAB SP 293.055. JUCESP/NIRE nº 3530060339-7 em 31/10/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Negócios

BRF (BRFS3) fecha acordo de leniência e pagará R\$ 583 milhões à União



A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) anunciaram, na quarta-feira (28), a assinatura de um acordo de leniência com a empresa BRF (BRFS3), gigante do setor de carnes e processados. O acordo vinha sendo negociado desde 2018 e, nos termos pactuados, a empresa se compromete a pagar R\$ 583.977.360,48 ao Tesouro e a aperfeiçoar o programa interno de conformidade.

O valor do acordo com a BRF inclui a devolução de vantagens indevidas e o pagamento de multas previstas na Lei Anticorrupção e na Lei

de Improbidade Administrativa.

Dona de marcas como Sadia e Perdigão, a BRF foi investigada na Operação Carne Fraca, que em 2017 cerceou os maiores frigoríficos do País e um esquema de corrupção e indicações políticas no Ministério da Agricultura.

Um dos pilares seria o pagamento de propinas a agentes públicos em troca da emissão de certificados de qualidade adulterados.

A empresa voltou a entrar na mira da Polícia Federal (PF) na Operação Trapaça, desdobramento da Carne Fraca em 2018.

O ex-presidente da BRF, Pedro de Andrade Faria, e o

ex-vice-presidente Hélio Rubens Mendes dos Santos Júnior chegaram a ser presos.

Pronunciamento da BRF

Em fato relevante, a BRF declara que o processo de investigação interna, que começou em 2018, “culminou, ao longo dos últimos anos, com uma série de medidas administrativas, incluindo a demissão de funcionários envolvidos nas práticas ilícitas identificadas; aprimoramento do sistema de governança corporativa e integridade da Companhia; a cooperação voluntária com autoridades brasileiras e estrangeiras e a negociação para a celebração do Acordo”.

Ferbasa e AES Brasil estudam potencial negócio sobre complexo eólico BW Guirapá

A Ferbasa informou nesta sexta-feira que assinou um memorando de entendimentos com a AES Brasil para avaliar potencial negócio envolvendo o parque eólico BW Guirapá, de sua propriedade.

Em comunicado ao mercado, a empresa de ferroligas disse que está atenta ao mercado de energia elétrica e “em constante busca por oportunidades que lhe tornem ainda mais competitiva”, mantendo diálogo e tratativas comerciais com players do setor visando potenciais negócios e parcerias de diversas naturezas.

Segundo informações do site do projeto BW Guirapá, o complexo eólico fica localizado no sudoeste da Bahia e possui um potencial de aproximadamente 170 megawatts (MW) de capacidade instalada.

A Ferbasa e a AES Brasil são parceiras comerciais, tendo acordos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo assinados.

Em reunião pública no início deste mês, a AES destacou as aquisições como uma importante via de crescimento, dizendo ver no mercado oportunidades com retornos atrativos.

Reuters



EDP Brasil (ENBR3) anuncia pagamento de R\$ 651 milhões em juros sobre capital próprio (JCP)



O conselho de administração da EDP Brasil (ENBR3) aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R\$ 651 milhões, relativos ao exercício social de 2022.

Segundo a EDP Brasil, o valor dos juros sobre capital próprio equivale a R\$ 1,150641194 por ação.

Terão direito ao JCP da EDP Brasil os investidores posicionados em base acionária ao fim do pregão de 2 de janeiro de 2023.

Desse modo, as ações serão negociadas na bolsa de valores “ex-juros sobre capital próprio” a partir de 3 de janeiro de 2023.

O pagamento dos proventos da EDP Brasil será efetuado até o dia 31 de dezembro de 2023, sem qualquer atualização monetária ou outra

remuneração.

A EDP Brasil ainda comunica que os JCP pagos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório a ser pago pela empresa referente ao exercício social de 2022.

A distribuição de juros sobre capital próprio possui retenção de 15% de imposto de renda na fonte. A exceção são os acionistas imunes ou isentos que comprovarem essa condição, junto ao Itaú Corretora de Valores, instituição financeira escriturária das ações de emissão da EDP Brasil, até o dia 31 de dezembro de 2022.

Electro Aço Altona (EALT3) propõe parcela complementar de R\$ 2,85 milhões em JCP

Nesta quarta-feira, a Electro Aço Altona comunicou que, com base nas demonstrações financeiras en-

cerradas em 31 de dezembro de 2021, propôs a distribuição de parcela complementar de JCP no valor total de R\$ 2,85 milhões.

A quantia corresponde a R\$ 0,119874 por ação. Depois da dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o valor corresponde a aproximadamente R\$ 0,101893 por ação.

Os acionistas que estejam dispensados dessa tributação receberão pelo valor bruto, após a apresentação dos devidos documentos comprobatórios junto ao Banco Itaú Corretora de Valores.

O pagamento será definido na assembleia geral ordinária (AGO) de abril de 2023, e usará como base de cálculo a posição acionária definida nesta mesma assembleia.

Sumo